

AGOSTINHO, TOMÁS DE AQUINO E A QUESTÃO DAS IDEIAS

Victor Fiori Augusto
Universidade de São Paulo (USP)

Introdução

O escopo do presente trabalho é analisar de que maneira a teoria das ideias formulada por Agostinho de Hipona foi retomada e interpretada por Tomás de Aquino. Mais especificamente, trata-se de mostrar que Tomás de Aquino recorre a Aristóteles para criticar a concepção de Platão acerca das ideias sem comprometer com isso a teoria agostiniana, de origem marcadamente platônica¹. Para tanto, analisaremos, em primeiro lugar, de que modo Agostinho apresenta sua doutrina das ideias no *De ideis*, enfatizando a influência que Platão exerce, direta ou indiretamente, sob esse ponto particular do pensamento agostiniano. Num segundo momento, consideraremos a argumentação tomasiana a favor da existência de ideias em Deus, expondo também como Tomás de Aquino entende as ideias sob um aspecto duplo, a saber, como *exemplares*, a partir dos quais as coisas são criadas, e como *noções* ou *princípios de conhecimento*, pelas quais as coisas são conhecidas. Feito isso,

1 Ou antes neoplatônica, como procuraremos evidenciar adiante.

poderemos apresentar a crítica aristotélica que o Aquinate faz à doutrina platônica das ideias e evidenciar que, apesar dessa crítica, Tomás mantém incólume a autoridade de Agostinho no que tange à questão das ideias.

1. Agostinho e a questão *De ideis*

Agostinho expõe o que podemos chamar de sua teoria das ideias na *Questão 46* do *Livro sobre oitenta e três questões diversas*, intitulada *De ideis* (*Sobre as ideias*). Os textos que compõem o livro mencionado, incluindo a *Quaestio de ideis*, foram escritos entre 388 e 395/96, pois sabemos que sua composição ocorreu desde a volta de Agostinho à África até sua consagração como bispo. Essas *Oitenta e três questões diversas* foram redigidas em folhas soltas como respostas para questões feitas pelos membros do monastério de Tagaste. Depois de ser alçado ao episcopado, Agostinho as reuniu em um único livro e as enumerou, a fim de facilitar a consulta².

Logo no início da *Questão 46*, Agostinho afirma que Platão foi o primeiro a nomear as ideias. Isso não quer dizer que elas não existiam antes do filósofo ateniense tê-las nomeado e que ninguém as entendia antes dele. Parece inverossímil afirmar que não tenha havido nenhum sábio antes de Platão, e na visão de Agostinho, ninguém pode ser sábio se não inteligir as ideias. O próprio Platão testemunhou, em sua vida (através das viagens que empreendeu com o intuito de aperfeiçoar sua sabedoria) e em suas obras, a existência de sábios entre outros povos, e esses não poderiam ser ditos “sábios” se ignorassem as ideias, ainda que as chamassem por outros nomes.

² Para uma breve cronologia da vida de Agostinho, ver O'DONNELL, 2001, p. 24, nota 2. Sobre o conteúdo, a época de composição, as condições de redação e o objetivo da reunião das *Oitenta e três questões*, ver SOLIGNAC, 1993, p. 43-45 e GRABMANN, 1993, p. 30.

Deixando de lado o nome e passando a investigar a própria coisa, Agostinho esclarece o que são as ideias. O termo grego “ideias” pode ser expresso em latim pelos vocábulos *formae* e *species*, se se quiser vertê-lo literalmente, ou pode ainda ser traduzido por *rationes* (mesmo que *rationes* traduza mais propriamente o termo grego *λόγοι*, a utilização desse termo não acarretaria nenhum desvio em relação à coisa designada). O termo grego “ideias”, dizíamos, designa “certas formas ou razões principais das coisas, estáveis e imutáveis, que não são formadas e por isso são eternas e se mantêm sempre do mesmo modo” (AGOSTINHO, 2008, p. 379). De acordo com essa compreensão da natureza e das propriedades das ideias, podemos dizer que Agostinho se mantém fiel à teoria platônica, pois a definição que ele nos fornece é bastante próxima daquela que parece ter sido a opinião de Platão acerca do mesmo objeto³.

Entretanto, à definição mencionada acima, Agostinho acrescenta duas importantes considerações: 1) as ideias estão “contidas na inteligência divina” (*divina intelligentia continentur*) e 2) é segundo as ideias que “é formado tudo que pode nascer e morrer e tudo que nasce e morre” (AGOSTINHO, *idem, ibidem*). Nenhum texto de Platão parece autorizar claramente a localização das ideias na inteligência de Deus como protótipos ou exemplares a partir dos quais todas as coisas são criadas. Conforme observa Grabmann (1993, p. 32-33), Agostinho aponta Platão como criador da doutrina das ideias, mas não assinala a diferença entre a doutrina platônica e a sua própria, diferença esta que residiria no fato de que “enquanto, segundo Platão, as ideias são realidades metafísicas autônomas exteriores ao espírito divino, elas são para Agostinho protótipos e pensamentos divinos, segundo os quais tudo é formado”. Agostinho não teria apontado a disparidade entre as duas doutrinas porque não teria tido acesso

3 Cf. OLIVEIRA, 2013, p. 19. Ver também SOLIGNAC, 1993, p. 46-47.

direto aos textos de Platão que tratam da teoria das ideias, mas só conheceu a compreensão neoplatônica dessa teoria. Aimé Solignac julga impossível encontrar apenas *um* texto que constitua a fonte da qual Agostinho retirou sua concepção das ideias apresentada no *De ideias*. Ele também entende que a doutrina que localiza as ideias na inteligência divina não é autorizada por nenhum texto de Platão, devendo ser situada no primeiro século da era cristã e atribuída “ao movimento eclético e sincretista que caracteriza este período”⁴. De qualquer forma, mesmo que Agostinho tenha aderido a uma interpretação neoplatônica da doutrina das ideias, a qual ele não teria sido o primeiro a formular, podemos dizer que o bispo de Hipona, nesse ponto particular de seu pensamento, se mantém em uma linha interpretativa que remonta, em última instância, a Platão, como se evidencia na *Questão 46*.

Para mostrar que as ideias estão contidas na mente divina (*divina mente continentur*) e que é segundo elas que são formadas todas as coisas que existem e que podem existir, Agostinho argumenta do seguinte modo: toda pessoa imbuída da verdadeira religião, mesmo que ainda não veja as ideias através de sua alma racional, não pode negar que tudo o que existe, foi criado por Deus; que é através do mesmo autor que todas as coisas vivem; e que a conservação dos seres e a ordem mesma que comanda suas mudanças estão contidas nas leis divinas e são governadas por elas. Admitidos esses pontos, seria absurdo afirmar que tudo foi criado irracionalmente. Logo, “tudo foi criado com razão”, ainda que o homem tenha sido criado por uma razão e o cavalo por outra⁵.

4 SOLIGNAC, 1993, p. 54. Para a investigação das possíveis fontes do *De ideias*, ver *idem, ibidem*, p. 50-54.

5 Para Agostinho, “cada coisa é criada nas suas próprias razões” (AGOSTINHO, 2008, p. 380), donde ser necessário concluir que há uma pluralidade de ideias ou de razões em Deus. Essa pluralidade foi problematizada pelos leitores que retomaram a questão das ideias a partir do texto de Agostinho, pois não era nada óbvio conciliar a absoluta simplicidade da essência do Deus cristão e a existência de ideias (no plural). Para a abordagem tomasiana desse problema, ver *Suma de Teologia*, primeira parte, questão 15, artigo 2.

Ora, colocar essas razões fora de Deus seria sacrílego, pois quem o fizesse seria obrigado a sustentar que Deus criou as coisas de acordo com um modelo exterior a ele mesmo. Assim, é forçoso concluir que essas razões eternas e imutáveis das coisas, segundo as quais tudo é formado, e que Platão chama de ideias, estão contidas na mente de Deus.

Apesar de ser um texto breve (duas páginas na edição por nós consultada), a *Questão 46* suscitou a reflexão de muitos pensadores, tanto medievais (como Alexandre de Hales, Boaventura e Alberto Magno, só para citar alguns dos pensadores mais importantes do século XIII) quanto modernos (caso de Malebranche ⁶). Procuraremos apresentar aqui uma retomada particular do *De ideis* agostiniano no século XIII, a saber, aquela levada a cabo pelo dominicano Tomás de Aquino em sua *Suma de Teologia*.

2. As ideias segundo Tomás de Aquino

O texto que nos propomos analisar aqui, a fim de investigar a questão das ideias no pensamento tomasiano, é *ST I*, q. 15, a. 1⁷. Nesse trecho da questão 15, também intitulada *De ideis*, Tomás de Aquino questiona “se, acaso, há ideias” (*an sint ideae*). A estrutura do artigo primeiro dessa questão é a seguinte: no primeiro momento, depois de colocada a questão, são apresentados três argumentos iniciais que defendem a tese segundo a qual não há ideias; em seguida, apresenta-se um argumento contrário aos três primeiros e que está de acordo com a tese que será defendida por Tomás de Aquino, isto é, apresenta-se um argumento favorável à existência das ideias; no terceiro momento, o Aquinate expõe sua resposta à questão que encabeça o artigo; e,

6 Para uma apresentação da fortuna crítica do *De ideis* agostiniano, ver GRABMANN, 1993, p. 33-37. Ver também OLIVEIRA, 1993, p. 19.

7 Leia-se “*Suma de Teologia*, primeira parte, questão 15, artigo 1”.

por fim, são respondidos os três argumentos iniciais contrários à resposta de Tomás⁸.

Conforme observa Oliveira (2013, p. 20-21), Tomás de Aquino evidencia no artigo primeiro da questão 15 da *Suma de Teologia* que a tese que localiza as ideias na mente divina possui duas características centrais. Em primeiro lugar, essa tese solapa em seus próprios fundamentos a teoria platônica das ideias, visto que, de acordo com Platão, as ideias existiriam em si mesmas e não na inteligência de Deus. O outro traço central da tese em questão seria aquele segundo o qual as ideias devem ser entendidas sob um duplo aspecto: as ideias possuem uma “função *ontológica*”, pois são exemplares segundo os quais são produzidas as coisas das quais elas se dizem formas; e as ideias têm também uma “função *cognitiva*”, visto que são princípios de cognição das coisas que são formadas a partir delas. Passemos à análise do artigo em questão.

Como observamos acima, o primeiro momento do artigo oferece três argumentos iniciais que defendem a não existência das ideias. O primeiro desses argumentos é retirado de Dionísio, que, no capítulo 7 de *Sobre os nomes divinos*, diz que “Deus não conhece as coisas segundo a ideia”. Como as ideias são sustentadas apenas para que por meio delas as coisas sejam conhecidas, segue-se que não há ideias em Deus, pois elas são desnecessárias para a ciência que Deus tem do mundo. O segundo argumento afirma, a partir do que já fora observado na *Suma de Teologia* (q. 14, a. 5), que “Deus conhece tudo em si mesmo”. Mas o conhecimento que Deus tem de si mesmo não se dá por meio de uma ideia. Logo, é preciso concluir que Deus não conhece as outras coisas

⁸ Os argumentos iniciais dos artigos da *Suma de Teologia* são também conhecidos como “objeções”, pois sustentam a tese oposta àquela que será defendida por Tomás de Aquino. Após essas objeções, segue-se geralmente nos artigos apenas um argumento contrário aos primeiros, também conhecido como “*sed contra*” (que pode ser traduzido como “mas, em sentido contrário”), o qual costuma coincidir com a posição de Tomás. Para uma compreensão da estrutura dos artigos da *Suma de Teologia*, ver BIRD, 2005. Ver também OLIVEIRA, 2013, p. 20-21, nota 14.

através de ideias, donde ser descabido sustentar a existência destas. Já o terceiro argumento afirma que as ideias são sustentadas como “princípio do conhecimento e da operação”. Contudo, não é preciso buscar nenhum princípio do conhecer e do operar além da essência divina, pois esta é “princípio suficiente de todo conhecimento e operação”. Assim, é desnecessário defender que as ideias existem (ST I, q. 15, a. 1, arg. 1-3).

Podemos perceber que os dois argumentos iniciais consideram as ideias apenas como princípios do conhecimento, ou seja, como aquilo pelo qual as coisas são conhecidas, e é por esse viés que tais argumentos buscam evidenciar que não há ideias. O terceiro argumento, além de considerar a função cognitiva da ideia, aborda também a ideia enquanto ela pode ser entendida como exemplar ou princípio de operação segundo o qual as coisas são produzidas. Assim, procura-se mostrar através dos três argumentos iniciais que, quer sejam entendidas como princípios de conhecimento, quer sejam compreendidas como princípios de operação, é desnecessário ou descabido sustentar a existência das ideias.

No segundo momento do artigo, apresenta-se um argumento contrário aos três anteriores. Trata-se, portanto, de um argumento que se posiciona a favor da existência das ideias, e Tomás de Aquino recorre aqui à autoridade de Agostinho.

MAS, EM SENTIDO CONTRÁRIO, há o que diz Agostinho no *Livro das oitenta e três questões* (q. 46): “se põe tamanha importância nas ideias que, a menos que inteligidas, ninguém pode ser sábio” (ST I, q. 15, a. 1, *sed contra*).

Nesse argumento utilizado para defender a tese de que há ideias, Tomás de Aquino lança mão da autoridade de Agostinho, um dos grandes Padres da Igreja que atribuiu grande importância às ideias. Essa importância deve-se ao fato de que, como mostra o trecho que Tomás cita do *De ideis*

agostiniano, as ideias são condição *sine qua non* da sabedoria, pois, sem compreendê-las, ninguém pode ser considerado sábio. Vejamos agora a resposta de Tomás de Aquino à questão que encabeça o artigo primeiro da questão 15.

RESPONDO dizendo que é necessário que se sustente que há ideias na mente divina. Com efeito, “ideia”, em grego, é chamada em latim de “forma”, donde, por “ideias” são inteligidas as formas de coisas diversas, que existem além das próprias coisas. Ora, a forma de alguma coisa além da própria coisa existente pode se referir a dois: ou para que seja exemplar daquilo de que é dita forma, ou para que seja princípio de cognição daquilo, segundo o que se diz que as formas dos cognoscíveis têm ser no cognoscente. E é necessário que se sustente as ideias no que diz respeito a ambos (*STI*, q. 15, a. 1, *resp.*).

Podemos ver que a tese tomasiana acerca das ideias é idêntica àquela que Agostinho defendera na *Questão 46*: é preciso afirmar a existência de ideias na mente de Deus. Depois de mostrar, conforme Agostinho também já expusera, que o termo grego “ideia” corresponde ao termo latino “forma”, Tomás de Aquino define as ideias como “formas de coisas diversas, que existem além das próprias coisas” (*formae aliarum rerum, praeter ipsas res existentes*). Todavia, o Aquinate acrescenta ainda que a ideia ou forma de algo pode ser entendida de duas maneiras, e que é preciso sustentá-la conforme ambos os modos: a forma pode ser compreendida como um “exemplar daquilo de que é dita forma” ou como um “princípio de cognição” dessa mesma coisa. Assim, fica claro que Tomás inclui em sua resposta e, portanto, em sua teoria das ideias, tanto a função ontológica quanto a função cognitiva das ideias. Eis os argumentos através dos quais a tese tomasiana é defendida.

É patente que seja assim: em todos que não são gerados por acaso, é necessário que a forma seja o fim da geração do que quer que seja. Ora, o agente não agiria de acordo com a forma a não ser na medida em que há nele a

similitude da forma, o que certamente acontece de dois modos. Com efeito, em alguns agentes preexiste a forma da coisa a ser feita segundo o ser natural, tal como nos que agem por meio da natureza, tal como o homem gera o homem e o fogo gera o fogo. Mas, noutros, segundo o ser inteligível, como naqueles que agem por meio do intelecto, assim como a similitude da casa preexiste na mente do construtor. E esta pode ser dita a ideia de casa, uma vez que o artífice tenciona que a casa seja semelhante à forma que a mente concebe.

Portanto, uma vez que o mundo não é feito por acaso, mas é feito por Deus, que age por meio do intelecto, como será patente abaixo (q. 20, a. 4; q. 44, a. 3), é necessário que haja na mente divina a forma de cuja semelhança o mundo foi feito. Nisso consiste a noção de ideia (ST I, q. 15, a. 1, *resp.*).

Tomás de Aquino argumenta que a forma é a causa final (o fim, a finalidade) da geração de todas as coisas que não são geradas por acaso. Se entendermos que as coisas feitas por acaso são aquelas que são produzidas “à revelia da intenção do agente”⁹, podemos dizer que, segundo Tomás, a forma é aquilo em vista de que é feito tudo o que é gerado conforme a intenção daquele que age. Mas, para que um agente gere algo em vista da forma, é preciso haver nele próprio a similitude (*similitudo*) da forma, o que pode ocorrer de duas maneiras: naqueles que agem “por meio da natureza” (*per naturam*), a forma preexiste no agente conforme o “ser natural” (*esse naturale*), e é desse modo que “o homem gera o homem e o fogo gera o fogo”; já naqueles que agem “por meio do intelecto” (*per intellectum*), a forma da coisa a ser feita preexiste no agente segundo o “ser inteligível” (*esse intelligibile*), e é desse modo que “a similitude da casa preexiste na mente do construtor”. Tomás chama propriamente de “ideia de casa” este último tipo de similitude, isto é, a similitude da casa que preexiste na mente do artífice segundo o ser inteligível,

9 Cf. OLIVEIRA, 2013, p. 25.

pois o artífice tenciona que sua criação seja semelhante à forma concebida pela sua mente, o que equivale a dizer que o artífice que gera uma casa o faz em vista de que ela se assemelhe àquilo (a ideia de casa) que sua mente entende. Assim, visto que o mundo foi criado por Deus, que age *per intellectum*, é preciso haver na mente divina a forma de cuja similitude foi feito o mundo, e é na existência dessa forma na mente de Deus que consiste a “noção de ideia” (*ratio ideae*).

Na *Suma Contra os Gentios*, Tomás de Aquino esclarece que a similitude de uma coisa que existe em algo diferente da mesma deve ser encarada como princípio de operação¹⁰. Nesse sentido, a similitude em questão diz respeito à forma na medida em que consideramos sua função ontológica, isto é, na medida em que a forma é entendida como o exemplar daquilo que é feito a partir dela. Ora, no início de sua resposta, o Aquinate afirmara que é preciso sustentar a forma tanto como exemplar quanto como princípio de cognição, mas a função cognitiva da forma parece ter sido deixada de lado na argumentação pela qual Tomás defende a sua tese¹¹.

Na verdade, como observa Oliveira (2013, p. 28-30), esse abandono da função cognitiva da ideia é apenas aparente. Trata-se de uma estratégia expositiva adotada por Tomás: era preciso compreender primeiro o que é uma forma exemplar, pois essa compreensão é essencial para que se possa entender de que maneira uma forma exemplar pode ser considerada um princípio de cognição. A forma recebe o nome de “exemplar” na medida em que

¹⁰ “Com efeito, uma vez que a similitude daquilo que é feito pelo artífice e que existe na mente do artífice é o princípio da operação por meio da qual aquilo que é feito pelo artífice é constituído, ela é comparada àquilo que é feito pelo artífice como o exemplar àquilo de que ele é exemplar” (*Suma Contra os Gentios*, IV, cap. 11, n. 13 *apud* OLIVEIRA, 2013, p. 26).

¹¹ Segundo John Wippel, depois de atribuir às ideias uma função ontológica e outra cognitiva, Tomás, na sequência do artigo 1 da questão 15, “baseia seus argumentos a favor das ideias divinas sobre a necessidade de haver exemplares divinos, isto é, sobre sua função *ontológica*” (*apud* DOOLAN, 2008, p. 15).

entendemos que ela é a similitude de algo que é gerado a partir dela, na medida em que inteligimos que ela é o princípio de operação pelo qual se faz aquilo de que ela é forma. Essa intelecção da forma que nos fornece a sua definição é aquilo que Tomás de Aquino chama de *noção* de ideia, e, considerada enquanto noção, a ideia é um princípio de conhecimento. Ao inteligir o que é a forma exemplar, compreendo também aquilo de que ela é forma (forma de casa ou de homem, por exemplo), isto é, a ideia “é um princípio de conhecimento na medida em que, ao inteligir a forma que é um exemplar, ou seja, ao apreender a *noção* da ideia, por meio dessa apreensão, apreendo também aquilo de que essa forma é um exemplar” (OLIVEIRA, 2013, p. 30).

3. Conclusão: Tomás de Aquino contra Platão, mas não contra Agostinho

Analisemos agora as respostas que Tomás de Aquino fornece para os argumentos iniciais do artigo primeiro, que defendiam a não existência das ideias.

QUANTO AO PRIMEIRO, portanto, cumpre dizer que Deus não entende as coisas segundo uma ideia que exista fora de si. Desse modo também Aristóteles reprova a opinião de Platão sobre as ideias, segundo o que sustentava que as ideias existissem por si, não no intelecto.

QUANTO AO SEGUNDO, cumpre dizer que, ainda que Deus conheça a si e a outros por meio de sua essência, sua essência, entretanto, é princípio operativo dos outros, mas não de si mesmo: por isso tem a noção de ideia segundo o que é comparada a outro, não, porém, segundo o que é comparada ao próprio Deus.

QUANTO AO TERCEIRO, cumpre dizer que Deus é similitude de todas as coisas segundo sua essência. Donde a ideia em Deus não é senão a essência de Deus. (*ST I*, q. 15, a. 1)

Começamos expondo como o Aquinate responde ao segundo e ao terceiro argumentos iniciais, deixando o primeiro argumento por último, pois é nele que se encontra a crítica tomasiana à teoria platônica das ideias. O segundo argumento inicial, como vimos, afirmava que não há ideias porque Deus, que conhece tudo em si mesmo, não se conhece por meio de uma ideia. Assim, ele também não conheceria através de uma ideia as outras coisas. Para refutar esse argumento, Tomás adverte que, de fato, Deus conhece a si mesmo e a outros por meio de sua essência (a qual não difere em nada dele mesmo¹²), mas a essência divina é “princípio operativo dos outros” e não do próprio Deus. Assim, a essência divina pode ser dita “ideia” (desde que compreendamos por “ideia” aqui um “exemplar” ou “princípio de operação”) quando comparada às coisas por ela criadas, mas não quando comparada ao próprio Deus, pois ele, não sendo gerado, não tem exemplar ou arquétipo¹³.

O terceiro argumento inicial defendia não ser preciso afirmar que há ideias porque estas são sustentadas como princípio da cognição e da operação, mas a essência divina é “princípio suficiente de todo conhecimento e operação”, dispensando assim a necessidade de se sustentar as ideias. A resposta de Tomás consiste em mostrar que Deus é, segundo sua essência, a similitude de todas as coisas, o que equivale a dizer que, segundo sua essência, Deus é princípio operativo das coisas que estão fora dele, como já fora observado na resposta ao segundo argumento inicial. Assim sendo, conclui Tomás, “a ideia em Deus não é senão a essência de Deus”¹⁴.

De acordo com o primeiro argumento inicial do artigo 1 da questão 15, não faz sentido defender que há ideias porque, conforme afirma Dionísio, Deus não conhece as coisas segundo a ideia, e as ideias são sustentadas tão

12 Cf. OLIVEIRA, 2013, p. 31.

13 ST I, q. 15, a. 1, *ad 2m*. Cf. OLIVEIRA, 2013, p. 31, nota 16.

14 ST I, q. 15, a. 1, *ad 3m*.

somente para que, através delas, as coisas sejam conhecidas. Em sua resposta a esse argumento, Tomás procura contextualizar a afirmação de Dionísio. Este não estaria argumentando que não há ideias, mas está na verdade criticando uma compreensão das ideias que as coloca fora do intelecto de Deus.

Como já vimos anteriormente, Agostinho também critica a tese segundo a qual as ideias estariam fora da mente divina, por se tratar de uma opinião sacrílega. De fato, sustentar que Deus precisa de algo exterior a si mesmo para conhecer as coisas significa solapar a absoluta perfeição do Deus cristão. Ora, tal tese seria, na visão do Aquinate, mas não na de Agostinho, aquela presente na teoria platônica das ideias, pois Platão teria julgado que as ideias são realidades metafísicas existentes por si mesmas, estando, portanto, fora do intelecto ou da mente de Deus. Na verdade, Tomás não ataca Platão diretamente, mas o faz por meio da crítica de Aristóteles (chamado por Tomás de “O Filósofo”) ao platonismo. Como observa Grabmann

A doutrina das ideias tomista tem um especial interesse histórico, pois nela, de um lado, a crítica aristotélica da doutrina platônica das ideias e, de outro, a doutrina agostiniana das ideias, que aliás brotou do pensamento platônico, são unidas uma com a outra. A doutrina das ideias tomista é um arguto produto de síntese de Agostinho e Aristóteles. (1993, p. 35),

Cabe notar ainda que Agostinho é citado no *sed contra* dos três artigos que compõe a questão quinze. Isso evidencia a influência do pensamento agostiniano sobre Tomás de Aquino no que diz respeito à doutrina das ideias, pois os “*sed contra*” dos três artigos da questão 15 contêm argumentos que estarão de acordo com a resposta do Aquinate às questões que encabeçam esses artigos. Agostinho é citado também no último dos quatro argumentos que compõem os argumentos iniciais do artigo terceiro, argumentos estes que defendem a tese, contrária à de Tomás, de que “não há, em Deus, ideias de

tudo o que ele conhece”. Mas o bispo de Hipona não é mencionado ali para que seu argumento e sua tese sejam refutados. Ele apenas aparece para corroborar, a partir da *Questão 46*, que Platão foi o primeiro a introduzir as ideias¹⁵.

Como Tomás de Aquino define as ideias como “formas de coisas diversas, *que existem além das próprias coisas*” (*ST I*, q. 15, a. 1, *resp.*, grifos nossos), sejam elas consideradas como exemplares ou como princípios do conhecimento, torna-se problemático saber onde se localizam as ideias. Se, com Platão, afirmamos que as ideias existem em si mesmas e não na mente de Deus, caímos numa opinião, sacrílega para um cristão como Agostinho, que fora recusada por Aristóteles, *O Filósofo*. Concluindo, fica claro que essa opinião que Tomás reprova, através de Aristóteles, em Platão, seria também reprovada em Platão pelo próprio Agostinho, se este soubesse que o criador da doutrina das ideias se afastava da tese neoplatônica segundo a qual as ideias existem na inteligência divina.

15 *ST I*, q. 15, a. 1-3.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AGOSTINHO DE HIPONA. *As ideias (De ideis)*. Tradução de Moacyr Novaes. *Discurso*. Revista do Departamento de Filosofia da USP. São Paulo: Barcarolla/Discurso, 2008 (40), p. 377-380.
- BIRD, Otto. *Como ler um artigo da Suma*. Tradução de Getúlio Pereira Jr. Apresentação de Francisco Benjamim de Souza Netto. *Coleção Textos Didáticos*, nº 53, julho de 2005. Campinas: IFCH/UNICAMP.
- DOOLAN, Gregory T. *Aquinas on the Divine Ideas as Exemplar Causes*. Washington: The Catholic University of America Press, 2008.
- GRABMANN, Martin. *A “Quaestio de ideis” de Santo Agostinho: seu significado e sua repercussão medieval*. Tradução de Moacyr Novaes, colaboração de César Ribas Cezar e Márcio Sattin. *Cadernos de Trabalho CEPAME*. Centro de Estudos de Filosofia Patrística e Medieval de São Paulo. São Paulo: Departamento de Filosofia da USP, março de 1993, vol. II(1), p. 29-41.
- O'DONNELL, James J. “Augustine: his time and lives”. In: KRETZMANN, N. e STUMP, E (eds.). *The Cambridge Companion to Augustine*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 8-25.
- OLIVEIRA, Carlos Eduardo de. *Tomás de Aquino e a Filosofia: guia de estudos*. Publicação do CEAD - Centro de Apoio à Educação a Distância da Universidade de Lavras. Lavras: UFLA, 2013.
- SOLIGNAC, Aimé. *Análise e fonte da questão de ideis*. Tradução de Ernesto M. Giusti. *Cadernos de Trabalho CEPAME*. Centro de Estudos de Filosofia Patrística e Medieval de São Paulo. São Paulo: Departamento de Filosofia da USP, março de 1993, vol. II(1), p. 43-56.
- TOMÁS DE AQUINO. “Suma de Teologia, Primeira Parte, Questão 15: Sobre as ideias, artigos 1-3”. Tradução de Carlos Eduardo de Oliveira. In: OLIVEIRA, Carlos Eduardo de. *Platonismo e Aristotelismo no século XIII*. São Paulo: 2014, p. 77-81. Disponível em: http://cepame.fflch.usp.br/sites/cepame.fflch.usp.br/files/u15/Platonismo_e_Aristotelismo_no_seculo_XIII.pdf. Acesso em: 10 abril 2014. O texto latino que consultamos encontra-se disponível em: <<http://www.thelatinlibrary.com/aquinas/q1.15.shtml>>.